

# FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO: POLÍTICAS PÚBLICAS NA ATENÇÃO ONCOLÓGICA

Andressa Mendonça Oliveira<sup>1</sup>, Kátia Stancato<sup>1</sup>, Eliete Maria Silva<sup>1</sup>

**Objetivo:** Refletir teoricamente sobre a Política Nacional (brasileira) para Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas e articulações na formação do enfermeiro e na prática profissional. **Metodologia:** Reflexão teórica, por meio de questionamentos das pesquisadoras, discussões em grupo e busca na literatura. **Resultados:** Os trabalhadores que atuam no cuidado ao paciente oncológico possuem papel essencial na efetivação dessa política. Porém, para que sejam implementadas, é necessário que seus princípios estabelecidos façam sentido na formação e nas práticas profissionais. **Conclusão:** O ensino reflexivo sobre essa política na formação do enfermeiro contribui para melhorias em sua prática, assim como, práticas reflexivas e melhor qualificadas certamente impactam positivamente na formação profissional. O desenvolvimento de políticas públicas com ênfase nas demandas da população pressupõe articulação teórica e prática e transformações sociais.

**Descritores:** Educação Superior; Educação em enfermagem; Políticas públicas de saúde; Prática profissional; Enfermagem Oncológica.

## **NURSING EDUCATION: PUBLIC POLICY AT ONCOLOGIC ATTENTION**

**Objective:** Reflect theoretically about the Public Policies on the Oncological Care, especially the National Policy(Brazilian) for Prevention and Cancer Control in Health Care Network of People with Chronic Diseases and the impact on nurse training and professional practice. **Methodology:** Theoretical speculation by means of interviews with researchers, group discussions and literature research. **Results:** Caregivers of oncological patients have an essential role on the effecting this Policy. However, in order to implement this policy, it is necessary that its established principles make sense for nursing education and professional practices. **Conclusion:** The reflective teaching about this policy in the formation of nurses contributes to improve its practice, as reflective and better qualified practices certainly have a positive impact on vocational education. The public policy development with emphasis on population demands assumes theoretical and practical articulation and social transformations.

**Descriptors:** Education Higher; Education; Nursing; Public Health Policy; Professional Practice; Oncology Nursing.

## **EDUCACIÓN EN ENFERMERÍA: POLÍTICA PÚBLICA EN ATENCIÓN ONCOLÓGICA**

**Objetivo:** reflexionar teóricamente sobre las políticas públicas para atención oncológica, especialmente para la Política Nacional (brasileña) para Prevención y Control del Cáncer en la Red de Salud de Personas con Enfermedades Crónicas e articulaciones en la formación de enfermeras y en la práctica profesional. **Metodología:** Reflexión teórica por medio de cuestionamientos de los pesquisadores, discusiones en grupo y pesquisa en la literatura. **Resultados:** Los cuidadores de enfermos oncológicos tienen un papel esencial en la implementación de políticas. Sin embargo, para funcionar, es necesario que sus principios hagan sentido en la formación y en las prácticas profesionales. **Conclusión:** La enseñanza reflexiva sobre la política en la formación de enfermeros contribuye para mejoras en su práctica, como tal, prácticas reflexivas y más calificadas, sin duda, causan impacto positivo en las prácticas de formación profesional. El desarrollo de las políticas públicas con énfasis en las demandas de la población presupone la articulación teórica y práctica y la transformación social.

**Descriptor:** Educación Superior; Educación en Enfermería; Políticas Públicas de Salud; Práctica Profesional; Enfermería Oncológica.

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Campinas-Unicamp/SP.

## INTRODUÇÃO

Atentar à realidade da enfermagem no país voltada à educação é uma necessidade. A visão crítica da profissão deve ser possibilitada por meio da formação universitária, na qual os enfermeiros compreendam seu papel político e social no ensino, gerenciamento, assistência e pesquisa, proporcionando, assim, meios de valorização profissional e a possibilidade de alcançar uma melhor formação e melhores condições de trabalho<sup>(1)</sup>.

O plano Nacional de Educação é constituído por 20 metas e possui como uma das diretrizes a melhoria da qualidade da educação. A partir da meta 12, destaca-se a estratégia "fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, tendo em vista as necessidades econômicas, sociais e culturais do País"<sup>(2,11)</sup>. Assim, é fundamental refletir a importância do entendimento e da compreensão que os profissionais enfermeiros precisam ter das políticas públicas, com destaque para as políticas que envolvam a atenção oncológica com benefícios na prática profissional de qualidade e uma assistência contínua aos indivíduos.

Em uma grande transformação social, o corpo de ideias desafia as bases que proporcionam a sustentação na realidade em questão, situação que coloca obstáculos frente ao desenvolvimento e demonstra sinais de esgotamento. Na mudança profunda do hoje, é necessária a construção de consensos e convergências que são capazes de conquistar as mentes e os corações das pessoas, no intuito de mobilizar forças sociais e políticas que sustentem o processo de transformação<sup>(3)</sup>.

Os estudos referentes às políticas públicas no Brasil começaram a ganhar centralidade no início da década de 1980, o que possibilitou a investigação de uma área nesta temática e contou com grande participação dos cursos de pós-graduação. Este campo estava vinculado à Ciência Política e à Sociologia, destacando-se que as preocupações em investigar as políticas extrapolavam tais áreas, pelo caráter interdisciplinar contido no enfoque do fenômeno<sup>(4)</sup>.

No conceito de políticas públicas, algumas dimensões devem ser consideradas, como os recursos de poder que estão presentes em sua definição e nas instituições do Estado, em especial na máquina governamental, e a estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve, seus valores, símbolos e normas, e assim, elas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas baseadas na memória da sociedade<sup>(4)</sup>.

Importante compreender o surgimento de uma política pública para um determinado setor. Quando a política é estabelecida, isso significa que o problema foi reconhecido pelo Estado e tornou-se uma questão socialmente problematizada<sup>(4)</sup>.

As políticas normalmente não dizem o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais o espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou modificado ou em que metas particulares ou efeitos são estabelecidos<sup>(5:45-46)</sup>.

No Brasil, diante da magnitude do problema do câncer na população, seu controle vem sendo uma das prioridades de saúde do Governo, ao longo dos anos. Nessa perspectiva, ocorre a formulação de políticas e implantações de ações e programas desenvolvidos pelos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) e implementadas pelos trabalhadores da saúde<sup>(6)</sup>.

Os trabalhadores possuem um papel essencial na implementação dessa política, porém para que algo seja efetivamente implementado e incrementado é necessário que os princípios estabelecidos façam sentido na prática profissional<sup>(7)</sup>. É nesse contexto que o fato do enfermeiro ter adquirido conhecimentos em sua formação sobre as políticas públicas, no intuito de despertar o pensamento crítico, favoreceria a sua implementação e consequentemente a melhoria das práticas e da qualidade do cuidado.

Portanto, o objetivo deste artigo é refletir teoricamente sobre a Política Nacional (brasileira) para Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas e as articulações na formação do enfermeiro e na prática profissional.

## METODOLOGIA

Relatar a reflexão teórica construída a partir da disciplina "Planejamento Educacional e Gestão" realizada na Faculdade de Educação de uma universidade do interior paulista. Esta disciplina contribuiu no desenvolvimento do projeto de doutorado vinculado à Faculdade de Enfermagem na linha de pesquisa "Gerenciamento dos Serviços de Saúde e de Enfermagem" e no tema "Formação, Educação permanente e Educação em saúde e enfermagem".

Foi possível realizar reflexões a partir dos questionamentos e experiências das pesquisadoras no cuidado ao paciente oncológico, das leituras dos textos disponibilizados na disciplina, pelas discussões no grupo de pesquisa, nas reuniões de orientação da pós-graduação e busca de artigos sobre o tema.

Os ensinamentos de Paulo Freire descritos no livro a Pedagogia da Autonomia apontam importantes características que podem auxiliar no ensino dessa política<sup>(8)</sup>.

A reflexão é apresentada em dois tópicos: Tópico 1, refere-se à política pública voltada a área oncológica no intuito de compreender a constituição e objetivo da Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas e o tópico 2 com a Formação do enfermeiro X Ensino da Política Pública voltada

a área oncológica que envolve o ensino desta política na formação do enfermeiro e o entendimento desta política para a prática de enfermagem com boa qualidade.

### Política Pública voltada para a área oncológica

Nesse contexto, uma importante política desenvolvida na área de oncologia foi publicada em 2013 (portaria nº 874), e refere-se a Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do SUS. Possui como objetivo reduzir a mortalidade e a incapacidade devido ao câncer, diminuir a incidência de determinados tipos de câncer, contribuir na melhoria da qualidade de vida dos usuários, por meio de ações voltadas à promoção, prevenção, detecção precoce, ao tratamento oportuno e cuidados paliativos<sup>(9)</sup>.

É constituída por cinco princípios gerais a saber: princípios e diretrizes relacionados à promoção da saúde, à prevenção do câncer, à vigilância, monitoramento e à avaliação, ao cuidado integral, à ciência e à tecnologia, à educação e por fim à comunicação em saúde<sup>(9)</sup>.

Essa política é organizada de forma que permita a continuidade das ações de atenção à saúde das pessoas, articulando os distintos pontos de atenção à saúde<sup>(7)</sup>, conforme estabelecido na Portaria nº 4.279<sup>(10)</sup>. Essa portaria, publicada em 2010, estabelece as diretrizes sobre as Redes de Atenção à Saúde (RAS). RAS "são arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, que integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado<sup>(10,11)</sup>." O intuito é de prover atenção humanizada, integral, contínua, responsável, de qualidade e responsável<sup>(10)</sup>. As redes temáticas priorizadas são<sup>(11)</sup>: Rede Cegonha; Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE); Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência e Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

Cada rede temática possui componentes e fases para a sua implantação. A Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas é constituída pela Atenção Básica; atenção especializada (ambulatorial especializada; hospitalar e urgência e emergência); sistemas de apoio; sistemas logísticos e de regulação<sup>(11)</sup>.

As propostas de Redes de atenção são recentes, surgiram na primeira metade dos anos 1990 nos Estados Unidos, posteriormente avançaram para os sistemas públicos da Europa Ocidental e para o Canadá e, por fim, chegaram aos países em desenvolvimento<sup>(3)</sup>.

Esse tipo de reprodução utilizada nas RAS advindas de outros países refere-se ao efeito de contaminação. É a introdução de novos modos de regulação política, que são descritos no campo educativo. Constitui a utilização das políticas

e conceitos postas em prática em outros países<sup>(12)</sup>, ou seja, trata-se de adotar soluções transportáveis de outros lugares com o objetivo de evitar dificuldades, buscar soluções ou legitimar, por meio delas, as mudanças de seu próprio sistema<sup>(13)</sup>.

### Formação do enfermeiro X Ensino da Política Pública voltada a área oncológica

Com ênfase no princípio da educação, as diretrizes relacionadas estabelecem um estímulo na formação e na especialização de recursos humanos relacionadas à qualificação das práticas profissionais, considerando todos os eixos fundamentais presentes na política<sup>(9)</sup>.

Assim, percebe-se que a questão da educação é apontada na política, o que remete a vários questionamentos, dentre eles: como está sendo trabalhada a questão do ensino das políticas públicas voltadas a área oncológica na formação do enfermeiro pelas instituições? Como o entendimento da Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas pode contribuir para a prática de qualidade do enfermeiro? O ensino das políticas públicas na formação do enfermeiro contribui para a implementação de boas práticas? Com a boa qualidade da prática?

A prática, sem uma boa teoria, é considerada cega. Analisando por outro lado, a teoria quando está desvinculada de uma ação transformadora, pode ser considerada estéril. Portanto, quando uma teoria é consistente e se transforma em força social, esta sim ganha capacidade para revolucionar a vida e uma prática militante; junto de uma boa teoria, ganha dimensão estratégica e profundidade em sua realização<sup>(3)</sup>.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Enfermagem estabelecem fundamentos, princípios, condições e procedimentos da formação de enfermeiros. Sendo que este profissional deve ser capaz de conhecer e ser capaz de intervir em problemas e situações do processo saúde-doença que são considerados mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional e identificar as dimensões biopsicossociais que estão envolvidas em seus determinantes<sup>(14)</sup>.

O câncer é uma doença de destaque, considerando sua incidência, prevalência e mortalidade<sup>(15)</sup>. Reflexo disso é visualizado devido ao aumento das taxas de internações hospitalares, dos recursos públicos demandados para custear os tratamentos e do número de tratamentos ambulatoriais. São necessários diversos tipos de serviços de saúde e ações específicas<sup>(16)</sup>.

As estimativas para o ano de 2018 e 2019, no Brasil, apontam para a ocorrência de 600 mil casos novos de câncer (para cada ano). À exceção do câncer de pele do tipo não-melanoma (aproximadamente 170 mil casos novos), os mais incidentes no sexo feminino serão os cânceres de mama, intestino, colo do útero, pulmão e tireoide e, no sexo masculino, os cânceres de próstata, pulmão, intestino, es-

tômago e cavidade oral<sup>(15)</sup>. Portanto, é indispensável discutir sobre a formação de recursos humanos voltados ao cuidado ao paciente oncológico em toda a linha de cuidado.

Em 2012, foi publicado pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA) o estudo intitulado "Ensino em Atenção Oncológica no Brasil: Carências e Oportunidades". O objetivo foi identificar a demanda de qualificação em oncologia para as diferentes categorias da saúde, nas diversas regiões do país. Participaram 13 categorias de profissionais da saúde, nas quais a medicina, enfermagem e fisioterapia tiveram maior participação. Ao considerar sua área de atuação, 78,4% desenvolviam suas atividades na assistência, 29,8% na gestão, 23,5% no ensino e 16,2% na pesquisa<sup>(17)</sup>.

Em relação aos dados da Enfermagem, os autores relataram a participação de 143 enfermeiros, sendo em sua maioria da região sudeste (44,1%), área predominante na assistência (66%), seguida pela gestão (61,1%), ensino (9,7%) e pesquisa com 4,2%. Destaca-se a pequena quantidade de profissionais da Enfermagem atuantes nas áreas de ensino e pesquisa, demonstrando a importância de medidas para aumentar a participação em tais áreas<sup>(17)</sup>.

Os assuntos apontados como de grande necessidade de qualificação na Enfermagem foram: noções básicas de controle e prevenção do câncer (71,5); atuação profissional na promoção de saúde e prevenção de agravos direcionados à oncologia (69,4%); atuação profissional junto ao paciente oncológico ambulatorial (67,2%); gestão e políticas públicas de atenção ao câncer (66,7%); atuação profissional com o paciente oncológico hospitalizado (64,5%); cuidados paliativos para o paciente oncológico (63,8%); procedimentos e técnicas específicas da sua área com aplicação em oncologia (59,8%) e pesquisa para o controle do câncer (56,4%). Mencionaram, também, no estudo, a carência de enfermeiros com especialização em oncologia<sup>(17)</sup>. Portanto, este estudo demonstrou a necessidade de qualificação da gestão e políticas públicas de atenção ao câncer com 66,7%.

Em recente publicação, as autoras analisaram os aspectos relacionados à formação dos enfermeiros residentes, às dificuldades e facilidades para o cuidado em oncologia. Concluíram que a formação do enfermeiro voltada para o cuidado em oncologia é incipiente. Como evidenciado no estudo, os participantes relataram como dificuldades o curto período de estágio e a falta de embasamento teórico. E como fator que facilita a assistência na área, as aulas teóricas. As autoras recomendaram a realização de estudos com o tema de oncologia em articulação com as bases para a formação do enfermeiro e leis de diretrizes articuladas às políticas públicas para melhor formação dos enfermeiros e assim assistência ao paciente oncológico<sup>(16)</sup>.

Em um outro estudo, o objetivo foi identificar como os enfermeiros de ambulatórios e de unidades de internação

que atuam em quimioterapia, são preparados para atuarem junto aos pacientes oncológicos. Os participantes deste estudo relataram o déficit de conhecimentos na área, sendo que o conteúdo ministrado em relação ao cuidado de pacientes com câncer no processo de formação profissional foi insuficiente ou inexistente e a repercussão negativa desta no exercício da enfermagem, tal como no cuidado ao paciente com câncer e sua família<sup>(18)</sup>.

Esse déficit na graduação dificulta a identificação do aluno com esta área, onde existe uma necessidade social de atuação de maneira competente dos diferentes profissionais da área da saúde<sup>(18)</sup>. Além das dificuldades dos profissionais, o paciente e seu familiar tem um sofrimento adicional que é somado a todos os dissabores vivenciados neste processo.

Em uma pesquisa na qual participaram 25 pacientes adultos internados no setor de Oncologia de uma instituição pública, cujos objetivos foram compreender as percepções dos pacientes oncológicos relacionadas ao seu cuidado; analisar, junto aos pacientes, a questão da comunicação dos profissionais na prática; identificar, segundo percepção do paciente, como os profissionais realizam a informação do diagnóstico, tratamento e prognóstico da doença e identificar como os profissionais desenvolvem o respeito à autonomia. As autoras concluíram que do ponto de vista do paciente oncológico o cuidado em uma perspectiva ampla ainda não é incorporado integralmente na prática e que todas as temáticas trabalhadas subsidiam o cuidado e estão interligadas<sup>(19)</sup>.

Portanto, um dos eixos a serem trabalhados para uma qualificação das práticas na enfermagem na atenção oncológica é o ensino das políticas públicas na formação, seja no âmbito de graduação ou de pós-graduação.

Um ensino que favoreça a reflexão da prática; respeito aos saberes dos alunos, que podem ter vivenciado a luta de parentes, familiares e amigos com a doença; estímulo à pesquisa, a autonomia do aluno, a convicção de que é possível mudar a realidade e disponibilidade ao diálogo, dentre outros<sup>(6)</sup>. Para favorecer o ensino-aprendizagem da política e assim facilitar a compreensão dela para uma prática de qualidade, o professor poderia utilizar diferentes abordagens como seminários, simulações, estudos dirigidos, teatros e dinâmicas.

Estudo cujo objetivo foi compreender as características do conhecimento de estudantes de enfermagem e medicina em relação às políticas públicas de saúde, aponta o pouco entendimento dos acadêmicos em relação ao conceito e ao papel das políticas públicas, a limitada percepção durante o ensino e o pequeno interesse em estudar a temática, porém referem entendimento da importância de seu estudo para a prática profissional. Assim, considerando a importância do assunto para que seja possível a consolidação do SUS, é fundamental ampliar o conhecimento dos discentes sobre o tema<sup>(20)</sup>. Para que seja possível melhorar

a qualidade da assistência à saúde no Brasil, é essencial o investimento na qualidade da formação dos enfermeiros e em seu compromisso em colaborar com um sistema de saúde mais igualitário e justo<sup>(21)</sup>.

No caso da implantação das redes de atenção, sabe-se da sua complexidade, porém o ensino é um norteador para mudanças. O aluno de hoje será o profissional que estará atuando na assistência ou na pesquisa. Esse profissional será um multiplicador desse modelo em prol de melhorias para o cuidado assistencial ao paciente.

As redes de atenção possuem uma interessante proposta no cuidado ao paciente com câncer. Incorporar o entendimento dos cuidados baseados nas redes facilitaria o cuidado integral. Proporcionar ao paciente ao longo do seu tratamento um suporte adequado em todos os níveis de assistência à saúde com uma ligação efetiva entre os serviços e profissionais, favoreceria o cuidado de qualidade, tanto almejado pelos pacientes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização de uma prática crítica do enfermeiro, é essencial uma compreensão das políticas públicas voltadas à atenção oncológica. Nessa perspectiva, o ensino das políticas públicas tem papel fundamental na formação dos alunos, contribuindo para melhores práticas de Enfermagem e de Saúde. Um ensino reflexivo que proporcione a compreensão do estabelecimento de políticas, as suas diretrizes e seus princípios como importantes norteadores de qualidade do cuidado.

### Agradecimento

Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Práticas de Enfermagem e Saúde (GEPEPES)

### Financiamento

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

## REFERÊNCIAS

1. Trevisan DD, Minzon DT, Testi CV, Ramos NA, Carmona EV, Silva EM. Formação de enfermeiros: distanciamento entre a graduação e a prática profissional. *Cienc Cuid Saude*. [Internet]. 2013 [cited 2016 fev 15]; 12(2):331-7. Available from: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/viewFile/19643/pdf>
2. Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências [Internet]. Brasília: 2014. Available from: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)
3. Organização Pan-Americana da Saúde (BR). As redes de atenção à saúde. Brasília (DF); 2011.
4. Azevedo JML. A educação como política pública. 3ª ed. Campinas: Editora Autores Associados; 2008.
5. Ball S, Mainardes. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e pesquisa em política educacional. In: Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez; 2011.
6. Ministério da Saúde (BR). Instituto Nacional do Câncer. ABC do Câncer: abordagens básicas para o controle do câncer. Rio de Janeiro (RJ); 2017.
7. Silva EM, Nozawa MR, Freitas JLD. Formação de enfermeiros e a municipalização da saúde no Brasil: a importância das políticas e das práticas. *Rev. bras. enferm.* [Internet]. 2000 [cited 2016 fev 15]; 53(2): 275-82. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v53n2/v53n2a12.pdf>
8. Freire P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 53ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 2011.
9. Ministério da Saúde (BR). Portaria n. 874, de 16 de maio de 2013. Institui a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da Unidada [da] República Federativa do Brasil. 2013.
10. Ministério da Saúde (BR). Anexo da Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) providências. 2010.
11. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Implantação das Redes de Atenção à Saúde e outras estratégias da SAS. Brasília (DF); 2014.
12. Barroso J. "Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada" In Barroso J (Org). A escola pública: regulação, desregulação, privatização. Porto/Portugal:ASA Editores, 2003.
13. Walford G. Privatization in Industrialized Countries. In: Henry Levin, Ed Privatizing Education. Can the Marketplace Deliver Choice, Efficiency, Equity, and Social Cohesion? Colorado, USA: Westview Press;2001.
14. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 3, de novembro de 2001. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Brasília (DF); 2001.
15. Ministério da Saúde (BR). Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro (RJ); 2017.
16. Lins FG, Souza SR. Formação dos enfermeiros para o cuidado em oncologia. *Rev enferm UFPE* [Internet]. 2018 [cited 2018 05 mai]; 12(1):66-74. Available from: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/22652/25858>
17. Ministério da Saúde (BR). Instituto Nacional do Câncer. Ensino em atenção oncológica no Brasil. Rio de Janeiro (RJ); 2012.
18. Luz KR, Vargas MAO, Rosa LM, PH Schmitt. Enfermeiros na atenção oncológica: conhecimento na prática do cuidado. *Rev enferm UFPE on line*. [Internet]. 2016 [cited 14 mai 2018]; 10(9):3369-76. Available from: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11418/13204>
19. Theobald MR, Santos MLM, Andrade SMO, Carli ADD. Percepções do paciente oncológico sobre o cuidado. *Physis - Revista de Saúde Coletiva* [Internet]. 2016 [cited 2018 mai 15]; 26 (4): 1249-69. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v26n4/1809-4481-physis-26-04-01249.pdf>
20. Menegaz JC, Leopardi MT, Backes VMS. Políticas públicas de saúde: aspectos do conhecimento de graduandos em enfermagem e medicina. *Sau. 8Transf. Soc.* [Internet]. 2012 [cited 05 jun 2017]; 3 (3): 69-76. Available from: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudetransformacao/article/view/1619/2153>
21. Magalhães SS, Rodrigues AMM, Guerreiro MGS, Queiroz MVO, Silva LMS, Freitas CHA. Expansão do ensino de enfermagem no Brasil: evidências históricas e perspectivas da prática. *Enferm. Foco* [Internet]. 2013 [cited 2017 jun 05]; 4(3,4):167-70. Available from: <http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/544/225>

RECEBIDO EM: 06/06/2017.  
ACEITO EM: 04/04/2018.